

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**ADMINISTRAÇÃO DIRETA - CNPJ. Nº 75.771.477/0001-70**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EXERCÍCIO DE 2015**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>416.556.721,46</b>	<b>263.694.372,72</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>117.562.172,73</b>	<b>51.958.093,55</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	181.971.934,25	163.043.777,08	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	30.946.752,21	24.418.632,94
Caixa e Equivalente a Caixa em Moeda Nacional	181.971.934,25	163.043.777,08	Pessoal a Pagar	5.776.804,80	189.824,41
<b>Créditos Realizáveis a Curto Prazo</b>	<b>102.433.276,06</b>	<b>57.448.657,94</b>	Benefício Previdenciários a Pagar	0,00	54.489,95
Créditos Tributário a Receber	105.362.621,48	55.655.693,61	Benefício Assistenciais a Pagar	6.334,81	4.800,84
Dívida Ativa Tributária	805.893.139,08	353.127.046,22	Encargos Sociais a Pagar	25.163.612,60	24.169.517,74
Créditos de Transferências a Receber	6.217.024,56	5.425.840,53	<b>Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo</b>	<b>48.968.272,46</b>	<b>13.318.558,09</b>
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	-815.039.509,06	-356.759.922,42	Empréstimos a Curto Prazo - Interno	43.365.643,88	7.710.204,04
<b>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</b>	<b>129.269.045,75</b>	<b>43.201.937,70</b>	Financiamentos a Curto Prazo - Interno	4.903.799,81	5.044.021,50
Adiantamentos Concedidos Pessoal e a Terceiros	11.329,08	11.329,08	Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos	698.828,77	564.332,55
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	34.529.903,85	21.719.795,63	<b>Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo</b>	<b>6.729.962,44</b>	<b>7.459.331,11</b>
Dívida Ativa Não Tributária - Demais Créditos	392.388.326,37	12.792.585,97	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	6.729.962,44	7.459.331,11
Outros Créditos a Receber e Valores a Receber	63.243.081,91	8.678.227,02	<b>Obrigações Fiscais a Curto Prazo</b>	<b>568.688,17</b>	<b>608.149,84</b>
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-360.903.595,46	0,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União		
<b>Estoques</b>	<b>2.882.465,40</b>	<b>0,00</b>	Consolidado	568.047,85	607.772,56
Almoxarifado	2.882.336,61	0,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados Consolidado	640,32	377,28
Outros Estoques	128,79	0,00	<b>Provisões de Curto Prazo</b>	<b>1.050.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.434.128.566,08</b>	<b>1.299.460.151,53</b>	Provisões de Curto Prazo	1.050.000,00	0,00
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>2.260.374,31</b>	<b>0,00</b>	<b>Demais Obrigações a Curto Prazo</b>	<b>29.298.497,45</b>	<b>6.153.421,57</b>
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	2.260.374,31	0,00	Valores Restituíveis	10.271.540,09	5.514.903,86
<b>Investimentos</b>	<b>114.273.806,78</b>	<b>88.690.926,84</b>	Outras Obrigações a Curto Prazo	19.026.957,36	638.517,71
Participações Permanentes	135.774.318,01	126.693.333,21	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>412.345.425,76</b>	<b>378.990.696,95</b>
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento	-21.500.511,23	-38.002.406,37	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	275.445.627,30	239.022.683,24
<b>Imobilizado</b>	<b>1.316.950.070,13</b>	<b>1.210.207.304,61</b>	Pessoal a Pagar	55.955.043,00	23.967.898,08
Bens Móveis	80.265.007,86	65.054.348,69	Encargos Sociais a Pagar	219.490.584,30	215.054.785,16
Bens Imóveis	1.236.685.062,27	1.145.152.955,92	<b>Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo</b>	<b>55.234.608,93</b>	<b>56.138.309,95</b>
<b>Intangível</b>	<b>644.314,86</b>	<b>561.920,08</b>	Empréstimos a Longo Prazo - Interno	4.830.717,20	2.408.361,16
Softwares	644.314,86	561.920,08	Financiamentos a Longo Prazo - Interno	50.403.891,73	53.729.948,79
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.850.685.287,54</b>	<b>1.563.154.524,25</b>	<b>Obrigações Fiscais de Longo Prazo</b>	<b>18.141.111,44</b>	<b>18.415.395,68</b>
			Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União		
			Consolidado	18.141.111,44	18.415.395,68
			<b>Demais Obrigações a Longo Prazo</b>	<b>63.524.078,09</b>	<b>65.414.308,08</b>
			Outras obrigações a Longo Prazo	63.524.078,09	65.414.308,08
			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>529.907.598,49</b>	<b>430.948.790,50</b>
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
			<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
			<b>Resultados Acumulados</b>	<b>1.320.777.689,05</b>	<b>1.132.205.733,75</b>
			Resultado do Exercício	-649.826.844,19	-69.686.821,00
			Resultados de Exercícios Anteriores	1.133.165.853,57	899.644.322,30
			Ajustes de Exercícios Anteriores	837.438.679,67	302.248.232,45
			<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.320.777.689,05</b>	<b>1.132.205.733,75</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.850.685.287,54</b>	<b>1.563.154.524,25</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.850.685.287,54</b>	<b>1.563.154.524,25</b>

<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	219.857.501,06	185.801.744,05	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	122.030.034,04	91.321.563,64
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	1.630.827.786,48	1.377.352.780,20	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	505.088.907,15	408.775.038,05
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>				<b>1.223.566.346,35</b>	<b>1.063.057.922,56</b>

CONTAS DE CONTROLES - NOTA 4.19					
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Garantias e Contragarantias Recebidas	3.135.213,43	3.132.679,69	Garantias e Contragarantias Concedidas	125.720.764,63	131.345.020,43
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos	13.465.925,75	15.926.628,04	Obrigações Coveniadas e Outros	1.408.898,17	724.198,30
Diretos Contratuais a Executar	0,00	0,00	Obrigações Contratuais a Executar	354.618.677,73	293.454.428,46
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	7.811.584.444,62	6.315.874.243,96
<b>TOTAL</b>	<b>16.601.139,18</b>	<b>19.059.307,73</b>	<b>TOTAL</b>	<b>8.293.332.785,15</b>	<b>6.741.397.891,15</b>

**MUNICÍPIO DE LONDRINA****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA****EXERCÍCIO FINDO DE 2015****1 – ATIVIDADE**

O Município de Londrina, com personalidade jurídica de direito público interno, com sede estabelecida a Avenida Duque de Caxias n.º 635, do Jardim Mazzei II da cidade de Londrina – Pr., inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 75.771.477/0001-70, dotado de autonomia política, administrativa e financeira assegurados pela Constituição Federal, Constituição do Estado do Paraná e pela Lei Orgânica do Município para promover a administração pública geral do município de Londrina, tendo como objetivos fundamentais construir uma sociedade livre, justa e solidária; promover o bem de todos os munícipes. A Administração Direta compreende os órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por 16 Secretarias Municipais, Gabinete do Prefeito, 12 Fundos Especiais e ainda a Procuradoria-Geral do Município e a Controladoria-Geral do Município e do Poder Legislativo composto pela Câmara Municipal de Londrina.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pela Lei nº 4.320/64 e disposições legais complementares vigentes. No exercício de 2015, foi mantido o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, que foi implantado no Exercício de 2013, conforme versão determinada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. No corrente exercício, foram formuladas as medidas transitórias necessárias para as alterações do Plano de Contas, numa nova versão, definido no PCASP na 6ª Edição, de acordo com o disposto na Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013. A implantação dessas alterações do PCASP tem como objetivo uniformizar as práticas contábeis às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), aos padrões internacionais de Contabilidade do Setor Público e as regras e procedimentos de Estatística de Finanças Públicas reconhecidas por organismos internacionais. As Receitas e as Despesas foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04/05/2001, e suas respectivas alterações, bem como no classificador de Receita e Despesa, nos termos da Resolução Conjunta SMF/CGM nº 75, de 10/02/2014, e suas alterações, tendo sido registradas como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas às contas de variações patrimoniais.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras e patrimoniais estão descritas a seguir, de conformidade com as políticas que foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados:

**a) Apuração do Resultado**- Os ingressos e os dispêndios são registrados mensalmente, as receitas e despesas por regime de competência, ou seja, independente do seu recebimento e pagamento.

**b) Caixa e Equivalentes de Caixa** – São representados por disponibilidade em moeda nacional, incluem as contas correntes e aplicações financeiras dos Fundos Especiais e outras contas correntes relativas a recursos com destinação específica, tais como convênios, projetos e outros. As aplicações financeiras em Fundos de Investimentos estão registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos até a data das demonstrações financeiras. Referem-se a recursos de disponibilização imediata e apresentam risco insignificante de mudança de valor.

**c) Operações Ativas e Passivas** – As operações Ativas ou Passivas com encargos são registradas pelo valor principal, acréscimos dos respectivos encargos incorridos inclusive atualização monetária observada a periodicidade dos créditos e da capitalização contratual.

**d) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo** – estão registrados os valores da dívida ativa passíveis de não recebimento conhecidos até 31 de dezembro.

**e) Investimentos** - os investimentos municipais estão avaliados, como determina a legislação vigente, de acordo com a relevância dos mesmos para a instituição investidora. Os investimentos realizados em controladas, considerados relevantes, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, os demais, considerados não relevantes, estão avaliados pelo método de custo, deduzido de provisão para perda provável na realização de seu valor.

**f) Imobilizado** - O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Quando tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão. Entretanto, no município, ainda não foi possível operacionalizar todos os procedimentos previstos no MCASP, no que tange ao ajuste inicial e a depreciação, amortização dos bens móveis e imóveis. Cabe ressaltar que já iniciamos o processo de levantamento de todos os bens móveis, evidenciando sua localização, termo de responsabilidade pela guarda e manutenção, nas respectivas secretarias.

**g) Imobilizado de Uso e Intangível** – O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, não sendo deduzidas as amortizações exigidas, visto que se encontra em processo de levantamento e implantação, conforme mencionado na letra “f” acima.

**h) Passivo Circulante** – incluem apenas os Restos a Pagar Processados registrados pelos saldos dos empenhos liquidados e não pagos até 31 de dezembro, nos termos da legislação vigente, não contemplando neste exercício Restos a Pagar em Liquidação, ou seja, bens e serviços recebidos ainda não liquidados.

**i) Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo** - referem-se aos valores exigíveis a curto prazo da Dívida Fundada Interna até 31 de dezembro, nos termos do inciso I do Art. 106 da Lei Federal 4.320/64, respeitando os conceitos do artigo 29 da Lei Complementar nº 101/2000.

**j) Demais Obrigações a Curto Prazo** – incluem os Depósitos a Curto Prazo registrados pelos valores conhecidos em 31 de dezembro, compreendendo: os depósitos administrativos, as parcelas das obrigações com depósitos judiciais relativos à Lei Complementar 151/2015 e os valores pertencentes a terceiros; e os Precatórios registrados, com base nas informações da Procuradoria-Geral do Município, emitidos pelo Tribunal de Justiça e Tribunal Regional do Trabalho, para pagamento no exercício de 2016.

**k) Passivo Não Circulante** - refere-se aos valores exigíveis a longo prazo da Dívida Fundada Interna, estão atualizadas pela variação monetária até 31 de dezembro nos termos do inciso I do Art. 106 da Lei Federal 4.320/64, respeitando os conceitos do artigo 29 da Lei Complementar nº 101/2000, principalmente os Precatórios, com base nas informações da Procuradoria-Geral do Município, emitidos pelo Tribunal de Justiça e Tribunal Regional do Trabalho.

**l) Obrigações e Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo** - refere-se aos valores exigíveis a longo prazo da Dívida Fundada Interna que estão atualizadas pela variação monetária até 31 de dezembro nos termos do inciso I do Art. 106 da Lei Federal 4.320/64, respeitando os conceitos do artigo 29 da Lei Complementar nº 101/2000.

**m) Demais Obrigações a Longo Prazo** – incluem as obrigações a longo prazo com depósitos judiciais relativos à Lei Complementar nº 151/2015.

#### 4 – BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstração contábil que evidencia quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de controle (compensação). **Ativo** – Compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade. **Ativo Circulante** – Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: seja caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; que tiverem a expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis. **Ativo Não Circulante** – Compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. **Passivo** – Compreendem as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. **Passivo Circulante** – Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados até doze meses após a data das demonstrações contábeis. **Passivo Não Circulante** – Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante. **Patrimônio Líquido** – É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos os seus passivos.

**MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**ADMINISTRAÇÃO DIRETA CNPJ Nº 75.771.477/0001-70**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EXERCÍCIO DE 2015**

<b>A T I V O</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Nota</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>416.556.721,46</b>	<b>263.694.372,72</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>4.1</b>	<b>181.971.934,25</b>	<b>163.043.777,08</b>
Caixa e Equivalente a Caixa em Moeda Nacional	4.1.1	181.971.934,25	163.043.777,08
<b>Créditos Realizáveis a Curto Prazo</b>	<b>4.2</b>	<b>102.433.276,06</b>	<b>57.448.657,94</b>
Créditos Tributários a Receber	4.2.1	105.362.621,48	55.655.693,61
Divida Ativa Tributária	4.2.2	805.893.139,08	353.127.046,22
Créditos de Transferências a Receber	4.2.3	6.217.024,56	5.425.840,53
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	4.2.4	-815.039.509,06	-356.759.922,42
<b>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</b>	<b>4.3</b>	<b>129.269.045,75</b>	<b>43.201.937,70</b>
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	4.3.1	11.329,08	11.329,08
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.3.2	34.529.903,85	21.719.795,63
Dívida Ativa Não Tributária - Demais Créditos	4.3.3	392.388.326,37	12.792.585,97
Outros Créditos a Receber e Valor a Receber	4.3.4	63.243.081,91	8.678.227,02
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	4.3.5	-360.903.595,46	0,00
<b>Estoques</b>	<b>4.4</b>	<b>2.882.465,40</b>	<b>0,00</b>
Almoxarifado	4.4.1	2.882.336,61	0,00
Outros Estoques	4.4.2	128,79	0,00
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.434.128.566,08</b>	<b>1.299.460.151,53</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>4.5</b>	<b>2.260.374,31</b>	<b>0,00</b>
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	4.5.1	2.260.374,31	0,00
<b>Investimentos</b>	<b>4.6</b>	<b>114.273.806,78</b>	<b>88.690.926,84</b>
Participações Permanentes	4.6.1	135.774.318,01	126.693.333,21
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento	4.6.2	-21.500.511,23	-38.002.406,37
<b>Imobilizado</b>	<b>4.7</b>	<b>1.316.950.070,13</b>	<b>1.210.207.304,61</b>
Bens Móveis	4.7.1	80.265.007,86	65.054.348,69
Bens Imóveis	4.7.2	1.236.685.062,27	1.145.152.955,92
<b>Intangível</b>		<b>644.314,86</b>	<b>561.920,08</b>
Softwares	4.7.3	644.314,86	561.920,08
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.850.685.287,54</b>	<b>1.563.154.524,25</b>

<b>PASSIVO</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Nota</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>117.562.172,73</b>	<b>51.958.093,55</b>
<b>Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo</b>	<b>4.8</b>	<b>30.946.752,21</b>	<b>24.418.632,94</b>
Pessoal a Pagar	4.8.1	5.776.804,80	189.824,41
Benefícios Previdenciários a Pagar	4.8.2	0,00	54.489,95
Benefícios Assistenciais a Pagar	4.8.3	6.334,81	4.800,84
Encargos Sociais a Pagar	4.8.4	25.163.612,60	24.169.517,74
<b>Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo</b>	<b>4.9</b>	<b>48.968.272,46</b>	<b>13.318.558,09</b>
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	4.9.1	43.365.643,88	7.710.204,04
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	4.9.2	4.903.799,81	5.044.021,50
Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos	4.9.3	698.828,77	564.332,55
<b>Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo</b>	<b>4.10</b>	<b>6.729.962,44</b>	<b>7.459.331,11</b>
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	4.10.1	6.729.962,44	7.459.331,11
<b>Obrigações Fiscais a Curto Prazo</b>	<b>4.11</b>	<b>568.688,17</b>	<b>608.149,84</b>
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União Consolidado	4.11.1	568.047,85	607.772,56
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados Consolidado	4.11.2	640,32	377,28
<b>Provisões de Curto Prazo</b>	<b>4.12</b>	<b>1.050.000,00</b>	<b>0,00</b>
Provisões de Curto Prazo	4.12.1	1.050.000,00	0,00
<b>Demais Obrigações a Curto Prazo</b>	<b>4.13</b>	<b>29.298.497,45</b>	<b>6.153.421,57</b>
Valores Restituíveis	4.13.1	10.271.540,09	5.514.903,86
Outras Obrigações a Curto Prazo	4.13.2	19.026.957,36	638.517,71
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>412.345.425,76</b>	<b>378.990.696,95</b>
<b>Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo</b>	<b>4.14</b>	<b>275.445.627,30</b>	<b>239.022.683,24</b>
Pessoal a Pagar	4.14.1	55.955.043,00	23.967.898,08
Encargos Sociais a Pagar	4.14.2	219.490.584,30	215.054.785,16
<b>Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo</b>	<b>4.15</b>	<b>55.234.608,93</b>	<b>56.138.309,95</b>
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	4.15.1	4.830.717,20	2.408.361,16
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	4.15.2	50.403.891,73	53.729.948,79
<b>Obrigações Fiscais de Longo Prazo</b>	<b>4.16</b>	<b>18.141.111,44</b>	<b>18.415.395,68</b>
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União Consolidado	4.16.1	18.141.111,44	18.415.395,68
<b>Demais Obrigações a Longo Prazo</b>	<b>4.17</b>	<b>63.524.078,09</b>	<b>65.414.308,08</b>
Outras obrigações a Longo Prazo	4.17.1	63.524.078,09	65.414.308,08
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>529.907.598,49</b>	<b>430.948.790,50</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Nota</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>4.18</b>	<b>1.320.777.689,05</b>	<b>1.132.205.733,75</b>
Resultado do Exercício	4.18.1	-649.826.844,19	-69.686.821,00
Resultados de Exercícios Anteriores	4.18.2	1.133.165.853,57	899.644.322,30
Ajustes de Exercícios Anteriores	4.18.3	837.438.679,67	302.248.232,45
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.320.777.689,05</b>	<b>1.132.205.733,75</b>
<b>T O T A L</b>		<b>1.850.685.287,54</b>	<b>1.563.154.524,25</b>

<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	219.857.501,06	185.801.744,05	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	122.030.034,04	91.321.563,64
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	1.630.827.786,48	1.377.352.780,20	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	505.088.907,15	408.775.038,05
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>			<b>NOTA 4.19</b>	<b>1.223.566.346,35</b>	<b>1.063.057.922,56</b>

**CONTAS DE CONTROLES – NOTA 4.20**

<b>Saldo dos Atos Potencias Ativos</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Nota</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Garantias e Contragarantias Recebidas	4.20.1	3.135.213,43	3.132.679,69
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos	4.20.2	13.465.925,75	15.926.628,04
<b>TOTAL</b>		<b>16.601.139,18</b>	<b>19.059.307,73</b>
<b>Saldo dos Atos Potenciais Passivos</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Nota</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Garantias e Contragarantias Concedidas	4.20.3	125.720.764,63	131.345.020,43
Obrigações Conveniadas e Outros	4.20.4	1.408.898,17	724.198,30
Obrigações Contratuais a Executar	4.20.5	354.618.677,73	293.454.428,46
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	4.20.6	7.811.584.444,52	6.315.874.243,96
<b>TOTAL</b>		<b>8.293.332.785,15</b>	<b>6.741.397.891,15</b>

**ATIVO CIRCULANTE**

**NOTA 4.1 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA** - é formado pelas disponibilidades em moeda nacional, em conta movimento e aplicações financeiras, composto de recursos livres e vinculados em contas bancárias, nas seguintes modalidades:

Disponibilidades:

<b>Contas Contábeis</b>	<b>2015</b>	<b>AV%</b>	<b>2014</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
1. Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
2. Banco Conta Movimento	15.065.549,22	8,28	12.054.272,42	7,39	24,98
3. Aplicações Financeiras:	<b>166.906.385,03</b>	<b>91,72</b>	<b>150.989.504,66</b>	<b>92,61</b>	<b>10,54</b>
3.1 Poupanças	35.445.782,82	19,48	29.587.373,59	18,15	19,80
3.2 Fundo de Aplicações Financeiras	131.460.602,21	72,24	70.740.220,10	43,39	85,84
3.4 Aplicação a Prazo Fixo – CDB	0,00	0,00	50.661.910,97	31,07	-100,0
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>181.971.934,25</b>	<b>100,00</b>	<b>163.043.777,08</b>	<b>100,00</b>	<b>11,59</b>

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

**NOTA 4.2 –CRÉDITOS REALIZAVEL A CURTO PRAZO** - compreende os valores a receber pelo fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curto prazo, ou seja, no curso a partir do próximo exercício.

<b>Contas Contábeis</b>	<b>2015</b>	<b>AV%</b>	<b>2014</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
<b>CRÉDITOS REALIZÁVEL A CURTO PRAZO</b>	<b>102.433.276,06</b>	<b>100,00</b>	<b>57.448.657,94</b>	<b>100,00</b>	<b>78,30</b>
1. Créditos Tributários a Receber	105.362.621,48	102,86	55.655.693,61	96,88	89,31
2. Dívida Ativa Tributária	805.893.139,08	786,75	353.127.046,22	614,68	128,22
3. Créditos de Transferências a Receber	6.217.024,56	6,07	5.425.840,53	9,44	14,58
4. (-) Ajustes Perdas de Crédito a Curto Prazo	(815.039.509,06)	-795,68	(356.759.922,42)	-621,01	128,46

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

- 1. Créditos Tributários a Receber** – Refere-se aos lançamentos de tributos do ente público decorrentes da obrigação tributária principal, de impostos, taxas e contribuições de melhoria dos contribuintes que são detentores de propriedades ou exerçam atividades comerciais no município.
- Dívida Ativa Tributária** - São os créditos de natureza tributária exigíveis em virtude do transcurso do prazo, pendente de pagamento.
- Crédito de Transferências a Receber** – são transferências constitucionais ou legais que constituem valores que não são passíveis de alocação em despesa pelo ente público arrecadador. As transferências de recursos intergovernamentais compreende a entrega de recursos de um ente transferidor para o outro ente beneficiário ou receptor. As transferências também podem ser voluntárias ou decorrente de determinação constitucional ou legal.
- Ajuste para Perdas de Crédito a Curto Prazo** – Corresponde ao ajustes dos créditos a receber decorrentes de possíveis perdas financeiras derivadas da falta de pagamento dos valores, para que reflita a realidade do crédito. O detalhamento do presente item encontra-se pormenorizado em narrativa detalhada nas planilhas elencadas, como segue:

**NOTA 4.2.4 – PLANILHAS DE AJUSTES DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA**

Para realizar o "Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária" foi adotada a "Metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados", cuja apuração se deu pela Média Histórica de Três Exercícios Financeiros (2012, 2013 e 2014), identificados pela Média Mensal dos Recebimentos dos respectivos exercícios (total recebido no exercício dividido por doze) e dividido pela Média Anual dos Saldos Mensais da Dívida Ativa (soma dos saldos mensais da dívida ativa dividido por doze), conforme os seguintes dados:

**1.1.2.9.1.03.01.00.00.00.00 – AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA.**

Recebimento 2012	
2012	56.052.500,63
Média:	4.671.041,72

Recebimento 2013	
2013	19.626.051,80
Média:	1.635.504,32

Recebimento 2014	
2014	26.478.489,29
Média:	2.206.540,77

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Anexos do balanço/Anexo 2 – Receita Segundo as Categorias Econômicas.

**Código: 1.9.3.1.00.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA.**

2012: Saldo D.A. Tributária		
2012	1	388.615.252,70
2012	2	388.765.551,33
2012	3	387.500.702,10
2012	4	388.204.313,48
2012	5	384.369.605,86
2012	6	386.482.063,67
2012	7	382.624.889,58
2012	8	394.497.866,96
2012	9	392.584.923,54
2012	10	383.635.862,18
2012	11	361.901.083,30
2012	12	418.669.457,48

2013: Saldo D.A. Tributária		
2013	1	418.264.598,96
2013	2	421.151.036,57
2013	3	420.055.051,46
2013	4	418.566.512,85
2013	5	416.579.165,84
2013	6	414.263.020,08
2013	7	412.856.530,26
2013	8	416.124.187,67
2013	9	415.657.421,51
2013	10	414.242.819,79
2013	11	413.093.071,11
2013	12	466.312.230,94

2014: Saldo D.A. Tributária		
2014	1	463.678.512,41
2014	2	459.682.413,43
2014	3	456.579.441,85
2014	4	454.134.836,46
2014	5	323.661.533,56
2014	6	321.076.706,32
2014	7	318.374.088,97
2014	8	315.622.358,70
2014	9	313.809.754,19
2014	10	311.447.066,60
2014	11	308.518.168,60
2014	12	353.127.046,22

TOTAL: 4.657.851.572,18

TOTAL: 5.047.165.647,04

TOTAL: 4.399.708.927,31

Média: 388.154.297,68

Média: 420.597.137,25

Média: 366.642.410,61

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Diário contábil/Balancete.

Código: 1.1.2.3.1.01.00.00.00.00.00.00 DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA.

Apuração da Média Ponderada de Recebimento dos exercícios de 2012 a 2014.

item	EXERCÍCIO DE 2012	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2012 = R\$	4.657.851.572,18
2	Média anual de saldos mensais = 4.657.851.572,18 / 12 =	388.154.297,68
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2012 = R\$	56.052.500,63
4	Média mensal de recebimentos = 56.052.500,63 / 12 =	4.671.041,72
5	Média ponderada de recebimento para o exercício 2012: (item 4/ item 2) x 100 =	1,20%

Item	EXERCÍCIO DE 2013	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2013 = R\$	5.047.165.647,04
2	Média anual de saldos mensais = 5.047.165.647,04 / 12 =	420.597.137,25
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2013 = R\$	19.626.051,80
4	Média mensal de recebimentos = 19.626.051,80 / 12 =	1.635.504,32
5	Média ponderada de recebimento para o exercício 2013:(item 4/ item 2) x 100 =	0,39%

Item	EXERCÍCIO DE 2014	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2014 = R\$	4.399.708.927,31
2	Média anual de saldos mensais = 4.399.708.927,31 / 12 =	366.642.410,61
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2014 = R\$	26.478.489,29
4	Média mensal de recebimentos = 26.478.489,29 / 12 =	2.206.540,77
5	Média ponderada de recebimento para o exercício 2014:(item 4/ item 2) x 100 =	0,60%

Exercício	EXERCÍCIO DE 2014	Valor
2012	Média Ponderada de Recebimentos	1,203%
2013	Média Ponderada de Recebimentos	0,389%
2014	Média Ponderada de Recebimentos	0,603%
Total % de Recebimentos = (2012 + 2013 + 2014)		2,194%
Média % de Recebimentos = (2012 + 2013 + 2014) / 3		0,731%

Portanto, para os exercícios de 2012, 2013 e 2014 a média de recebimento acima indica que os esforços de cobrança não lograram receber efetivamente o restante do saldo disponível.

Esse restante é o inverso do percentual calculado, ou em termos percentuais:

**100% - 0,73% = 99,27%**

**Conclusão:** 99,27% NÃO serão recebidos no próximo período, cujo montante deverá ser lançado como: AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA.

**AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - IPTU**

Para realizar o "Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária" foi adotada a "Metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados", cuja apuração se deu pela Média Histórica de Três Exercícios Financeiros (2012, 2013 e 2014), identificados pela Média Mensal dos Recebimentos dos respectivos exercícios (total recebido no exercício dividido por doze) e dividido pela Média Anual dos Saldos Mensais da Dívida Ativa (soma dos saldos mensais da dívida ativa dividido por doze), conforme os seguintes dados:

**1.1.2.9.1.03.01.01.00.00.00 – AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - IPTU**

Recebimento 2012	
2012	37.046.794,11
Média:	3.087.232,84

Recebimento 2013	
2013	15.231.328,58
Média:	1.269.277,38

Recebimento 2014	
2014	20.133.508,76
Média:	1.677.792,40

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Anexos do balanço/Anexo 2 – Receita Segundo as Categorias Econômicas.

Código: 1.9.3.1.11.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU.

Média Anual de Saldos Mensais = Soma dos Saldos Mensais dividido por 12:

2012: Saldo D.A. IPTU		
2012	1	124.942.473,47
2012	2	124.497.663,90
2012	3	123.693.634,95
2012	4	122.743.153,19
2012	5	119.974.863,81
2012	6	120.000.433,71
2012	7	117.407.922,08
2012	8	116.984.920,90
2012	9	115.538.335,40
2012	10	111.803.869,58
2012	11	94.734.861,87
2012	12	122.767.130,95

2013: Saldo D.A. IPTU		
2013	1	122.095.428,36
2013	2	121.095.018,64
2013	3	119.559.476,94
2013	4	118.144.002,81
2013	5	116.637.923,79
2013	6	114.350.889,93
2013	7	112.751.576,31
2013	8	111.423.387,84
2013	9	111.071.270,79
2013	10	109.982.497,24
2013	11	109.234.801,86
2013	12	146.641.813,88

2014: Saldo D.A. IPTU		
2014	1	143.995.794,17
2014	2	140.642.297,32
2014	3	138.236.444,74
2014	4	136.388.030,35
2014	5	134.798.508,87
2014	6	132.911.894,91
2014	7	130.711.100,04
2014	8	128.709.812,91
2014	9	126.942.487,67
2014	10	124.829.389,04
2014	11	122.488.310,70
2014	12	153.545.202,06

TOTAL: 1.415.089.263,81

TOTAL: 1.412.988.088,39

TOTAL: 1.614.199.267,78

Média: 117.924.105,32

Média: 117.749.007,37

Média: 134.516.605,65

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Diário contábil/Balancete.

Código: 1.1.2.3.1.01.01.00.00.00.00 DÍVIDA ATIVA DO IPTU.

Apuração da Média Ponderada de Recebimentos dos Exercícios de 2012 a 2014.

Item	EXERCÍCIO DE 2012	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2012 = R\$	1.415.089.263,81
2	Média anual de saldos mensais = 1.415.089.263,81 / 12 =	117.924.105,32
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2012 = R\$	37.046.794,11
4	Média mensal de recebimentos = 37.046.794,11 / 12 =	3.087.232,84
5	Média ponderada de recebimento para o exercício 2012:(item 4/ item 2) x 100 =	2,62%

Item	EXERCÍCIO DE 2013	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2013 = R\$	1.412.988.088,39
2	Média anual de saldos mensais = 1.412.988.088,39 / 12 =	117.749.007,37
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2013 = R\$	15.231.328,58
4	Média mensal de recebimentos = 15.231.328,58 / 12 =	1.269.277,38
5	Média ponderada de recebimento para o exercício 2013:(item 4/ item 2) x 100 =	1,08%

Item	EXERCÍCIO DE 2014	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2014 = R\$	1.614.199.267,78
2	Média anual de saldos mensais = 1.614.199.267,78 / 12 =	134.516.605,65
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2014 = R\$	20.133.508,76
4	Média mensal de recebimentos = 20.133.508,76 / 12 =	1.677.792,40
5	Média ponderada de recebimento para o exercício 2014:(item 4/ item 2) x 100 =	1,25%

Exercício	EXERCÍCIO DE 2014	Valor
2012	Média Ponderada de Recebimentos	2,62%
2013	Média Ponderada de Recebimentos	1,08%
2014	Média Ponderada de Recebimentos	1,25%
Total % de Recebimentos = (2012 + 2013 + 2014)		4,94%
Média % de Recebimentos = (2012 + 2013 + 2014) / 3		1,65%

Portanto, para os exercícios de 2012, 2013 e 2014 a média de recebimento acima indica que os esforços de cobrança não lograram receber efetivamente o restante do saldo disponível.

Esse restante é o inverso do percentual calculado, ou em termos percentuais:

**100% - 1,65% = 98,35%**

**Conclusão:** 98,35% NÃO serão recebidos no próximo período, cujo montante deverá ser lançado como: AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - IPTU.

#### AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ITBI

Para realizar o "Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária" foi adotada a "Metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados", cuja apuração se deu pela Média Histórica de Três Exercícios Financeiros (2012, 2013 e 2014), identificados pela Média Mensal dos Recebimentos dos respectivos exercícios (total recebido no exercício dividido por doze) e dividido pela Média Anual dos Saldos Mensais da Dívida Ativa (soma dos saldos mensais da dívida ativa dividido por doze), conforme os seguintes dados:

#### 1.1.2.9.1.03.01.02.00.00.00.00 – AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ITBI

Recebimento 2012	
2012	496.635,20
Média:	41.386,27

Recebimento 2013	
2013	45.776,74
Média:	3.814,73

Recebimento 2014	
2014	137.243,09
Média:	11.436,92

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Anexos do balanço/Anexo 2 – Receita Segundo as Categorias Econômicas.

Código: 1.9.3.1.12.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI.

Média Anual de Saldos Mensais = Soma dos Saldos Mensais dividido por 12:

2012: Saldo D.A. ITBI		
2012	1	1.210.462,91
2012	2	1.204.784,00
2012	3	1.189.547,41
2012	4	1.190.628,24
2012	5	1.167.819,80
2012	6	1.229.019,56
2012	7	1.223.251,29
2012	8	1.217.833,84
2012	9	1.213.054,88
2012	10	1.002.844,56
2012	11	916.811,58
2012	12	858.066,32

2013: Saldo D.A. ITBI		
2013	1	856.491,51
2013	2	854.746,68
2013	3	849.235,35
2013	4	842.188,05
2013	5	834.690,21
2013	6	828.142,31
2013	7	824.547,69
2013	8	823.451,66
2013	9	824.954,37
2013	10	821.086,76
2013	11	816.507,89
2013	12	906.041,92

2014: Saldo D.A. ITBI		
2014	1	913.844,85
2014	2	912.778,21
2014	3	902.824,01
2014	4	898.481,84
2014	5	894.078,11
2014	6	883.021,21
2014	7	1.150.016,31
2014	8	1.131.425,36
2014	9	1.115.838,90
2014	10	1.127.231,17
2014	11	1.108.845,06
2014	12	1.155.752,45

TOTAL: 13.624.124,39

TOTAL: 10.082.084,40

TOTAL: 12.194.137,48

Média: 1.135.343,70

Média: 840.173,70

Média: 1.016.178,12

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Diário contábil/Balancete.

Código: 1.1.2.3.1.01.02.00.00.00.00.00 DÍVIDA ATIVA DO ITBI.

Apuração da Média Ponderada de Recebimentos dos exercícios de 2012 a 2014.

Item	EXERCÍCIO DE 2012	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2012 = R\$	13.624.124,39
2	Média anual de saldos mensais = 13.624.124,39 / 12 =	1.135.343,70
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2012 = R\$	496.635,20
4	Média mensal de recebimentos = 496.635,20 / 12 =	41.386,27
5	Média ponderada de recebimento para o exercício 2012:(item 4/ item 2) x 100 =	3,65%

Item	EXERCÍCIO DE 2013	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2013 = R\$	10.082.084,40
2	Média anual de saldos mensais = 10.082.084,40 / 12 =	840.173,70
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2013 = R\$	45.776,74
4	Média mensal de recebimentos = 45.776,74 / 12 =	3.814,73
5	Média ponderada de recebimento para o exercício 2013:(item 4/ item 2) x 100 =	0,45%

Item	EXERCÍCIO DE 2014	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2014 = R\$	12.194.137,48
2	Média anual de saldos mensais = 12.194.137,48 / 12 =	1.016.178,12
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2014 = R\$	137.243,09
4	Média mensal de recebimentos = 137.243,09 / 12 =	11.436,92
5	Média ponderada de recebimento para o exercício 2014:(item 4/ item 2) x 100 =	1,13%

Exercício	EXERCÍCIO DE 2014	Valor
2012	Média Ponderada de Recebimentos	3,645%
2013	Média Ponderada de Recebimentos	0,454%
2014	Média Ponderada de Recebimentos	1,125%

Total % de Recebimentos = (2012 + 2013 + 2014)	5,225%
Média % de Recebimentos = (2012 + 2013 + 2014) / 3	1,742%

Portanto, para os exercícios de 2012, 2013 e 2014 a média de recebimento acima indica que os esforços de cobrança não lograram receber efetivamente o restante do saldo disponível.

Esse restante é o inverso do percentual calculado, ou em termos percentuais:

**100% - 1,74% = 98,26%**

**Conclusão:** 98,26% NÃO serão recebidos no próximo período, cujo montante deverá ser lançado como: AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ITBI.

**AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ISS**

Para realizar o "Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária" foi adotada a "Metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados", cuja apuração se deu pela Média Histórica de Três Exercícios Financeiros (2012, 2013 e 2014), identificados pela Média Mensal dos Recebimentos dos respectivos exercícios (total recebido no exercício dividido por doze) e dividido pela Média Anual dos Saldos Mensais da Dívida Ativa (soma dos saldos mensais da dívida ativa dividido por doze), conforme os seguintes dados:

**1.1.2.9.1.03.01.03.00.00.00.00 – AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ISS**

Recebimento 2012	
2012	11.706.506,48

Recebimento 2013	
2013	1.150.197,94

Recebimento 2014	
2014	2.234.511,87

Média: 975.542,21

Média: 95.849,83

Média: 186.209,32

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Anexos do balanço/Anexo 2 – Receita Segundo as Categorias Econômicas.

Código: 1.9.3.1.13.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS.

Média Anual de Saldos Mensais = Soma dos Saldos Mensais dividido por 12:

2012: Saldo D.A. ISS		
2012	1	229.744.841,21
2012	2	230.569.951,97
2012	3	230.156.787,79
2012	4	232.048.394,22
2012	5	231.550.768,39
2012	6	233.627.191,57
2012	7	232.895.392,73
2012	8	245.293.564,10
2012	9	245.157.245,13
2012	10	222.429.359,41
2012	11	221.023.903,15
2012	12	263.531.684,18

2013: Saldo D.A. ISS		
2013	1	263.947.803,26
2013	2	268.093.885,22
2013	3	268.847.896,94
2013	4	269.082.749,19
2013	5	268.967.018,15
2013	6	269.226.453,11
2013	7	269.693.631,97
2013	8	274.555.230,54
2013	9	274.735.686,02
2013	10	274.711.879,09
2013	11	274.600.405,43
2013	12	285.439.876,99

2014: Saldo D.A. ISS		
2014	1	913.844,85
2014	2	912.778,21
2014	3	902.824,01
2014	4	898.481,84
2014	5	894.078,11
2014	6	883.021,21
2014	7	1.150.016,31
2014	8	1.131.425,36
2014	9	1.115.838,90
2014	10	1.127.231,17
2014	11	1.108.845,06
2014	12	1.155.752,45

TOTAL: 2.818.029.083,85

TOTAL: 3.261.902.515,91

TOTAL: 2.399.790.407,78

Média: 234.835.756,99

Média: 271.825.209,66

Média: 199.982.533,98

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Diário contábil/Balancete.

Código: 1.1.2.3.1.01.03.00.00.00.00.00 DÍVIDA ATIVA DO ISS.

Apuração da Média Ponderada de Recebimentos dos exercícios de 2012 a 2014.

Item	EXERCÍCIO DE 2012	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2012 = R\$	2.818.029.083,85
2	Média anual de saldos mensais = 2.818.029.083,85 / 12 =	234.835.756,99
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2012 = R\$	11.706.506,48
4	Média mensal de recebimentos = 11.706.506,48 / 12 =	975.542,21
5	Média ponderada de recebimento para o exercício 2012:(item 4/ item 2) x 100 =	0,42%

Item	EXERCÍCIO DE 2013	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2013 = R\$	3.261.902.515,91
2	Média anual de saldos mensais = 3.261.902.515,91 / 12 =	271.825.209,66
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2013 = R\$	1.150.197,94
4	Média mensal de recebimentos = 1.150.197,94 / 12 =	95.849,83
5	Média ponderada de recebimento para o exercício 2013:(item 4/ item 2) x 100 =	0,04%

Item	EXERCÍCIO DE 2014	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2014 = R\$	2.399.790.407,78
2	Média anual de saldos mensais = 2.399.790.407,78 / 12 =	199.982.533,98
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2014 = R\$	2.234.511,87
4	Média mensal de recebimentos = 2.234.511,87 / 12 =	186.209,32
5	Média ponderada de recebimento para o exercício 2014:(item 4/ item 2) x 100 =	0,09%

Exercício	EXERCÍCIO DE 2014	Valor
2012	Média Ponderada de Recebimentos	0,415%
2013	Média Ponderada de Recebimentos	0,035%
2014	Média Ponderada de Recebimentos	0,093%
Total % de Recebimentos = (2012 + 2013 + 2014)		0,544%
Média % de Recebimentos = (2012 + 2013 + 2014) / 3		0,181%

Portanto, para os exercícios de 2012, 2013 e 2014 a média de recebimento acima indica que os esforços de cobrança não lograram receber efetivamente o restante do saldo disponível.

Esse restante é o inverso do percentual calculado, ou em termos percentuais:

**100% - 0,18% = 99,82%**

**Conclusão:** 99,82% NÃO serão recebidos no próximo período, cujo montante deverá ser lançado como: AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ISS.

**AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – TAXAS.**

Para realizar o "Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária" foi adotada a "Metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados", cuja apuração se deu pela Média Histórica de Três Exercícios Financeiros (2012, 2013 e 2014), identificados pela Média Mensal dos Recebimentos dos respectivos exercícios (total recebido no exercício dividido por doze) e dividido pela Média Anual dos Saldos Mensais da Dívida Ativa (soma dos saldos mensais da dívida ativa dividido por doze), conforme os seguintes dados:

**1.1.2.9.1.03.01.04.00.00.00.00 – AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – TAXAS.**

Recebimento 2012		Recebimento 2013		Recebimento 2014	
2012	5.929.398,58	2013	2.854.892,95	2014	3.623.782,55
Média:	494.116,55	Média:	237.907,75	Média:	301.981,88

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Anexos do balanço/Anexo 2 – Receita Segundo as Categorias Econômicas.

Código: 1.9.3.1.35.00.00.00 + 1.9.3.1.9.01.00.00 + 1.9.3.1.99.02.00.00 (TAXAS).

Média Anual de Saldos Mensais = Soma dos Saldos Mensais dividido por 12:

2012: Saldo D.A. Taxas			2013: Saldo D.A. Taxas			2014: Saldo D.A. Taxas		
2012	1	26.258.725,33	2013	1	25.547.192,95	2014	1	27.344.319,86
2012	2	26.066.478,96	2013	2	25.320.334,28	2014	2	26.858.820,16
2012	3	26.091.499,39	2013	3	25.033.637,63	2014	3	26.415.333,93
2012	4	25.846.761,90	2013	4	24.764.698,88	2014	4	26.019.469,00
2012	5	25.399.236,44	2013	5	24.436.017,25	2014	5	25.747.218,78
2012	6	25.349.800,52	2013	6	24.187.674,14	2014	6	25.361.020,19
2012	7	24.904.239,81	2013	7	23.949.433,33	2014	7	24.921.130,21
2012	8	24.893.814,95	2013	8	23.720.823,52	2014	8	24.550.153,96
2012	9	24.628.097,07	2013	9	23.450.589,38	2014	9	24.183.541,82
2012	10	23.786.600,69	2013	10	23.180.830,61	2014	10	23.809.675,35
2012	11	21.309.272,20	2013	11	22.926.827,59	2014	11	23.475.579,25
2012	12	25.734.524,04	2013	12	27.662.353,28	2014	12	28.847.351,88
<b>TOTAL:</b> 300.269.051,30			<b>TOTAL:</b> 294.180.412,84			<b>TOTAL:</b> 307.533.614,39		
<b>Média:</b> 25.022.420,94			<b>Média:</b> 24.515.034,40			<b>Média:</b> 25.627.801,20		

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Diário contábil/Balancete.

Código: 1.1.2.3.1.01.04.00.00.00.00.00 DÍVIDA ATIVA DE TAXAS.

Apuração da Média Ponderada de Recebimentos dos exercícios de 2012 a 2014.

Item	EXERCÍCIO DE 2012	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2012 = R\$	300.269.051,30
2	Média anual de saldos mensais = 300.269.051,30 / 12 =	25.022.420,84
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2012 = R\$	5.929.398,58
4	Média mensal de recebimentos = 5.929.398,58 / 12 =	494.116,55
5	Média ponderada de recebimento para o exercício 2012:(item 4/ item 2) x 100 =	1,97%

Item	EXERCÍCIO DE 2013	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2013 = R\$	294.180.412,84
2	Média anual de saldos mensais = 294.180.412,84 / 12 =	24.515.034,40
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2013 = R\$	2.854.892,95
4	Média mensal de recebimentos = 2.854.892,95 / 12 =	237.907,75
5	Média ponderada de recebimento para o exercício 2013:(item 4/ item 2) x 100 =	0,97%

Item	EXERCÍCIO DE 2014	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2014 = R\$	307.533.614,39
2	Média anual de saldos mensais = 307.533.614,39 / 12 =	25.627.801,20
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2014 = R\$	3.623.782,55

4	Média mensal de recebimentos = 3.623.782,55 / 12 =	301.981,88
5	Média ponderada de recebimento para o exercício 2014:(item 4/ item 2) x 100 =	1,18%

Exercício	EXERCÍCIO DE 2014	Valor
2012	Média Ponderada de Recebimentos	1,975%
2013	Média Ponderada de Recebimentos	0,970%
2014	Média Ponderada de Recebimentos	1,178%
Total % de Recebimentos = (2012 + 2013 + 2014)		4,123%
Média % de Recebimentos = (2012 + 2013 + 2014) / 3		1,374%

Portanto, para os exercícios de 2012, 2013 e 2014 a média de recebimento acima indica que os esforços de cobrança não lograram receber efetivamente o restante do saldo disponível.

Esse restante é o inverso do percentual calculado, ou em termos percentuais:

**100% - 1,37% = 98,63%**

**Conclusão:** 98,63% NÃO serão recebidos no próximo período, cujo montante deverá ser lançado como: AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - TAXAS.

#### AJUSTE DE PERDAS

Para realizar o "**Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária**" foi adotada a "Metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados", cuja apuração se deu pela Média Histórica de Três Exercícios Financeiros (2012, 2013 e 2014), identificados pela Média Mensal dos Recebimentos dos respectivos exercícios (total recebido no exercício dividido por doze) e dividido pela Média Anual dos Saldos Mensais da Dívida Ativa (soma dos saldos mensais da dívida ativa dividido por doze), concluindo-se pela adoção dos seguintes índices:

1.1.2.9.1.03.01.00.00.00.00.00	<b>AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA</b>	<b>99,269%</b>
1.1.2.9.1.03.01.01.00.00.00.00	AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – IPTU	98,352%
1.1.2.9.1.03.01.02.00.00.00.00	AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – ITBI	99,258%
1.1.2.9.1.03.01.03.00.00.00.00	AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – ISS	99,819%
1.1.2.9.1.03.01.04.00.00.00.00	AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – TAXAS	98,626%
1.1.2.9.1.03.01.05.00.00.00.00	AJUSTE DE PERDAS DA DÍV.ATIVA TRIBUTÁRIA – CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	99,112%

#### NOTA 4.2.4 - Ajustes de Perdas de Créditos à Curto Prazo.

Contas Contábeis	2015	AV%	2014	AV%	AH%
1. Ajustes de Perdas de Créditos Tributários	(19.868.300,12)	2,44	(9.119.898,99)	2,56	117,86
2. Ajustes de Perdas de Dívida Ativa Tributária	(795.171.208,94)	97,56	(347.640.023,43)	97,44	128,73
<b>Total Ajustes Perdas de Créd.à Curto Prazo</b>	<b>(815.039.509,06)</b>	<b>100,00</b>	<b>(356.759.922,42)</b>	<b>100,00</b>	<b>128,46</b>

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

Para realizar o "**Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Não Tributária**" foi adotada a "Metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados", cuja apuração se deu pela Média Histórica de Três Exercícios Financeiros (2012, 2013 e 2014), identificados pela Média Mensal dos recebimentos dos respectivos exercícios (total recebido no exercício dividido por doze) e dividido pela média dos saldos da dívida ativa anual (2012, 2013 e 2014), concluindo-se pela adoção do seguinte índice:

#### (-) AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - 99,044%

1.1.2.9.1.02.01.00.00.00.00.00	<b>(-) AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA</b>	<b>11,316%</b>
1.1.2.9.1.02.01.01.00.00.00.00	(-) IPTU	4,527%
1.1.2.9.1.02.01.02.00.00.00.00	(-) ITBI	1,876%
1.1.2.9.1.02.01.03.00.00.00.00	(-) ISS	21,722%
1.1.2.9.1.02.01.04.00.00.00.00	<b>(-) TAXAS</b>	<b>0,932%</b>
1.1.2.9.1.02.01.04.01.00.00.00	(-) TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	1,735%
1.1.2.9.1.02.01.04.02.00.00.00	(-) TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,520%
1.1.2.9.1.03.01.05.00.00.00.00	<b>(-) CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA</b>	<b>20,121%</b>

Para realizar o "**Ajuste de Perdas de Créditos Não Tributários**" foi adotada o critério da Média do Exercício Anterior, cuja apuração se deu pela divisão do Saldo do Crédito Tributário pelo respectivo Débito, concluindo-se pela adoção dos seguintes índice:

#### (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS NÃO TRIBUTÁRIOS 0,000%

Quanto aos esclarecimentos que justificam o índice de Perdas Apuradas da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária, primeiramente ressaltamos que é notório e de conhecimento público a baixa recuperação da dívida ativa na maioria dos municípios brasileiros. No caso de Londrina, que não

foge a regra, somam-se às dificuldades que grande parte dos valores da dívida ativa possuem mais de 5 anos de inscrição e encontram-se executadas, o que impede a sua cobrança administrativa. Somam-se também os seguintes problemas:

- Falta de uma base de dados atualizada, especialmente no que tange ao cadastro de contribuintes que, por estar em grande parte desatualizado, impacta diretamente nas ações de cobrança administrativa, como também de emissão e encaminhamento de Certidões de Dívida Ativa para ações judiciais e protesto de títulos;
- Falta de implementações no Sistema Tributário Municipal que permitam maior flexibilidade nas ações de cobrança e acompanhamento da arrecadação;
- Call Center: implantação recente: maio/2013, mas com falta de treinamento e de capacitação de pessoal, estrutura física deficiente e falta de equipamentos;
- Diversos créditos ficam com a exigibilidade de pagamento suspensa por muitos anos em virtude de decisões em processos administrativos ou judiciais;
- Milhares de créditos já se encontram executados judicialmente há anos e não havendo movimentação processual incisiva e eficaz, o retorno destes valores ao município é muito lento, quando não perdido;
- Dificuldades da Procuradoria-Geral do Município quanto a ações diretas de cobrança extrajudicial dos créditos já executados;

No entanto, a fim de tentar coibir estas situações que retratam o índice de perda, o município vem adotando medidas para combater a inadimplência, tais como:

- Contratação de novos servidores e recebimento de novos computadores na secretaria de Fazenda;
- Está em processo de instalação do SIGLON – Sistema de Informação Geográfica de Londrina que servirá como ferramenta de apoio à fiscalização municipal;
- Implantação do Protesto de Títulos como medida de cobrança extrajudicial dos créditos tributários municipais, apesar de até o momento ter apresentado efeito arrecadatário contrário;
- Os boletos de cobrança são enviados aos contribuintes com a possibilidade de auto parcelamento;
- Análise dos créditos para encaminhamento das certidões de dívida ativa com a finalidade de ajuizamento de ação de execução fiscal com periodicidade menor do que era aplicado anteriormente;
- Ajuizamento das ações de execução fiscal de débitos via processo eletrônico do judiciário do Paraná/Projudi;
- Continuidade nas ações do Programa de Modernização da Gestão Pública/PMGP;
- Apuração mensal de atraso no pagamento de parcelamentos dos tributos municipais ajustados, com consequente cancelamento dos mesmos e tentativa de novo acordo para parcelamento ou quitação integral do débito. Não havendo retorno positivo, há o encaminhamento da certidão de dívida ativa à Procuradoria-Geral do Município para ajuizamento de ação de execução fiscal pertinente.

**NOTA 4.3 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO** - Esse grupo compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo.

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>129.269.045,75</b>	<b>100,00</b>	<b>43.201.937,70</b>	<b>100,00</b>	<b>199,22</b>
<b>1. Adiantamentos Concedidos a Pessoas e a Terceiros</b>	<b>11.329,08</b>	<b>0,01</b>	<b>11.329,08</b>	<b>0,03</b>	<b>0,00</b>
<b>2. Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados:</b>	<b>34.529.903,85</b>	<b>26,71</b>	<b>21.719.795,63</b>	<b>50,28</b>	<b>58,98</b>
2.1 Depósitos Judiciais	22.782,74	0,02	618.692,55	1,43	-96,32
2.2 Depósitos Restituível Vinculada em Conta Especial Precatório Controlada pelo Tribunal de Justiça	34.485.350,37	26,68	20.917.133,35	48,42	64,87
2.3 Outros Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	21.770,74	0,02	183.969,73	0,43	-88,17
<b>3. Dívida Ativa Não Tributária – Demais Créditos</b>	<b>392.388.326,37</b>	<b>303,54</b>	<b>12.792.585,97</b>	<b>29,61</b>	<b>2.967,31</b>
3.1 Contribuições de Iluminação Pública – COSIP	68.546,25	0,05	83.095,13	0,19	-17,51
3.2 Impugnações e Imposições	27.932.643,64	21,61	12.709.490,84	29,42	119,78
3.3 Dívida Ativa Demais Créditos Não Tributário a Curto Prazo	364.387.136,48	281,88	0,00	0,0	100,00
<b>4. Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo</b>	<b>63.243.081,91</b>	<b>48,92</b>	<b>8.678.227,02</b>	<b>20,09</b>	<b>628,76</b>
4.1 Depósitos Judiciais	1.071.015,61	0,83	1.071.015,61	2,48	0,00
4.2 Outros Créditos Diversos Inscritos	5.613.051,47	4,34	5.466.951,21	12,65	2,67
4.3 Outros Créditos a Receber Devedores Diversos	2.551.710,84	1,97	2.140.260,20	4,95	19,22
4.4 Outros Créditos Não Tributários de Origens Diversas	54.007.303,99	41,78	0,00	0,00	100,00
<b>5. (-) Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores à Curto Prazo</b>	<b>(360.903.595,46)</b>	<b>-279,19</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0</b>	<b>-100,00</b>

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

**1. Adiantamentos Concedidos a Pessoal e Terceiros – R\$ 11.329,08** - Saldo pendente sob juízo de prestação de contas, justificativas dos gastos, perdas ou de outras ocorrências que não foram possíveis de ajustar no corrente exercício, sendo encaminhado para inscrição em Dívida Ativa.

**2. Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados: R\$ 34.529.903,95**, que subdivide em três subitens, a saber:

**2.1 Depósitos Judiciais R\$ 22.782,74** – Trata-se de depósitos para corresponder a pagamentos de saques em contas bancárias, determinado pelo Tribunal de Justiça do Paraná, em garantia de pagamento de processos em andamento.

**2.2 Depósitos Restituíveis Vinculada em Conta Especial Precatório Controlada pelo Tribunal de Justiça – R\$ 34.485.350,37** – Depósitos efetuados mensalmente da parcela de precatórios, conforme Decreto Municipal n.º 213 de 04/03/2010, que dispõe sobre a opção do município de Londrina, pelo regime especial instituído pelo Artigo 94 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional n.º 62/2009, para pagamento de precatórios pendentes para posterior baixa das obrigações.

**2.3 Outros Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – R\$ 21.770,74**, que corresponde a depósitos de precatórios efetuados em duplicidade indevidamente de três processos, uma vez que não houve baixa da lista oficial do Tribunal de Justiça do Paraná.

**3. Dívida Ativa Não Tributária– Demais Créditos - R\$ 392.388.326,37**, que subdivide em três itens, a saber:

- 3.1 *Contribuição de Iluminação Pública – COSIP* – R\$ 68.546,25, Créditos a Receber da Copel referente a Contribuição de Iluminação Pública.
- 3.2 *Impugnações e Imposições* R\$ 27.932.643,64 – refere-se às certidões de débitos emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de responsabilização de entidades e terceiros, objetivando a restituição de valores ao município. Inscrevem-se também as impugnações ou glosas originárias de processos administrativos decorrentes das impugnações das prestações de contas que se apresentem com irregularidades ou pendências com as respectivas multas e juros, inclusive correção.
- 3.3 *Dívida Ativa Demais Créditos Não Tributários a Curto Prazo* - R\$ 364.387.136,48 – Reconhecimento de créditos não tributários de origens diversas, decorrente de efeitos da mudança de critério contábil, inclusive respectivas multas e juros sobre os créditos não tributários a receber, reconhecidos no exercício de 2015 e anteriores. Este reconhecimento, por ora, foi através de suporte documental do sistema tributário do município e em análise a integração destas informações no decorrer de 2016.

**4. Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo – R\$ 63.243.081,91**, - que subdivide em três subitens, a saber:

- 4.1 *Depósito Judicial Instituto de Desenvolvimento de Londrina - Codel* – R\$ 1.071.015,61, compreende depósito judicial de desapropriação de terrenos destinado a industrialização o qual foi promovido pelo município, pendente de regularização.
- 4.2 *Outros Créditos Diversos Inscritos* – R\$ 5.613.051,47; refere-se a créditos pendentes a regularizar de órgãos da administração indireta e terceiros, pelo atendimento no fornecimento de bens, materiais e serviços repassados, assim como créditos previdenciários suportados pelo município, perante ao Instituto Nacional de Previdência Social, mediante desconto junto ao Fundo de Participação do Município.
- 4.3 *Outros Créditos a Receber Devedores Diversos* – R\$ 2.551.710,84 – Créditos pendentes a regularizar de entidades da administração indireta, referente a garantias concedidas cujo desconto ocorreu pelo Fundo de Participação do Município, e de terceiros pelo atendimento no fornecimento de bens, materiais e serviços, assim como crédito previdenciário suportado a regularizar.
- 4.4 *Outros Créditos Não Tributários de Origens Diversas* - R\$. 54.007.303,99 – Refere-se ao valor de R\$ 38.153.444,68 de principal e de R\$15.853.059,31 de multa e juros sobre os créditos não tributários a receber, referente a exercícios anteriores a 2015, de diversas origens, decorrente de efeitos da mudança de critério contábil. Este reconhecimento, por ora, foi através de suporte documental do sistema tributário do município e em análise a integração destas informações no decorrer de 2016.

**5. (-) Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores à Curto Prazo – R\$ 360.903.595,46** – Índice de Perdas aplicadas aos saldos a receber dos demais créditos e valores de curto prazo com base na metodologia constante na Nota 4.2 sobre os créditos não tributários de origem diversa.

**NOTA 4.4 – ESTOQUE** – Compreende os bens adquiridos pela entidade com objetivo de utilização própria no curso normal das atividades operacionais. O município por meio da Secretaria de Gestão Pública - Diretoria de Gestão Bens Municipais, apresentou relatório de estoque, tendo por base, o inventário físico das secretarias municipais, com posição em 31/12/2015, que adotou como critério de mensuração o custo de aquisição de bem de consumo. Tais informações registradas decorrem de suporte documental do gestor responsável devidamente assinada. Cabe ressaltar que está em análise a implantação de sistema de almoxarifado integrado com o sistema contábil/financeiro no decorrer de 2016. Abaixo seguem discriminadamente os itens:

Contas Contábeis	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>ESTOQUE</b>	<b>2.882.465,40</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>
1. Almoxarifado	2.882.336,61	100,00	0,00	0,00	100,00
2. Outros Estoques	128,79	0,00	0,00	0,00	100,00

Composição dos estoques por Classes de produtos:

Contas Contábeis	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>ESTOQUE</b>	<b>2.882.465,40</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>
<b>1. Almoxarifado</b>	<b>2.882.336,61</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>
1.1. Material de Consumo	769.241,62	26,69	0,00	0,00	100,00
1.2. Gêneros Alimentícios – Outros Gêneros Alimentícios	6.992,07	0,24	0,00	0,00	100,00
1.3. Materiais de Construção	685.184,61	23,77	0,00	0,00	100,00
1.4. Combustíveis e Lubrificantes em Geral	3.024,55	0,10	0,00	0,00	100,00
1.4.1. Combustível – Gasolina	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2. Lubrificantes	3.024,55	0,10	0,00	0,00	100,00
1.5. Autopeças – Outras Peças	37.772,04	1,31	0,00	0,00	100,00
1.6. Material de Expediente	1.380.121,72	47,88	0,00	0,00	100,00
<b>2.Outros Estoques</b>	<b>128,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>
2.1. Estoques Diversos – Estoque de Insumos Agrícolas	128,79	0,00	0,00	0,00	100,00

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

**ATIVO NÃO CIRCULANTE**

**NOTA 4.5 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO** – Compreende os valores a receber por demais transações, com vencimento no longo prazo. É composto pelos saldos de Direitos sobre Concessões, Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados e Outros Créditos a Receber de Longo Prazo. Os registros se referem a Depósitos Judiciais, para desapropriações de imóveis para o atendimento das atividades de interesse público, mandado de sequestro da 6ª Vara Cível, autos n.º 55.981/2011 e autos 162-84/1990 de compensação de créditos.

Contas Contábeis	2015	2014
1. Demais Créditos e Valores à Longo Prazo	2.260.374,31	0,00

**NOTA 4.6 – INVESTIMENTOS** – Os Investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Realizável a Longo Prazo e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade. Representa a participação acionária relevante do Município, em empresas da administração indireta avaliadas pelo método da

equivalência patrimonial. Os demais são apresentados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda estimada na realização desses ativos, conforme demonstração abaixo:

Contas Contábeis	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>Investimentos do Município</b>	<b>114.273.806,78</b>	<b>84,16</b>	<b>88.690.926,84</b>	<b>70,00</b>	<b>28,84</b>
1. Investimentos pela Equivalência Patrimonial	135.739.602,41	99,97	126.658.084,93	99,97	7,17
2. Outros Investimentos	34.715,60	0,03	35.248,28	0,03	1,51
<b>Soma dos Investimentos</b>	<b>135.774.318,01</b>	<b>100,00</b>	<b>126.693.333,21</b>	<b>100,00</b>	<b>7,17</b>
3. (-) Provisão p/Perdas em Investimentos	(21.500.511,23)	-15,84	(38.002.406,37)	-30,00	-43,42

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

**NOTA 4.7- IMOBILIZADO** - Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, bem como pela dedução da depreciação acumulada, conforme quadro a seguir:

Contas Contábeis	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>1.316.950.070,13</b>	<b>100,00</b>	<b>1.210.207.304,61</b>	<b>100,00</b>	<b>8,82</b>
<b>1. Bens Móveis</b>	<b>80.265.007,86</b>	<b>6,09</b>	<b>65.054.348,69</b>	<b>5,38</b>	<b>23,38</b>
1.1 Bens Móveis	80.265.007,86	6,09	65.054.348,69	5,38	23,38
1.2 (-) Depreciação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Bens Imóveis</b>	<b>1.236.685.062,27</b>	<b>93,91</b>	<b>1.145.152.955,92</b>	<b>94,62</b>	<b>7,99</b>
2.1 Bens Imóveis	1.236.685.062,27	93,91	1.145.152.955,92	94,62	7,99
2.2 (-) Depreciação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

- 1. Bens Móveis** - Compreende o valor das aquisições ou incorporações de bens corpóreos, que tenham existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social e que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços. Conforme já explanado na letra "f" das Principais Práticas Contábeis, não foi iniciado o ajuste de depreciação e amortização dos móveis e imóveis dos Bens Patrimoniais do Município.

Os Bens Imóveis classificam em:

Contas Contábeis	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>2. Bens Imóveis</b>	<b>1.236.685.062,27</b>	<b>100,00</b>	<b>1.145.152.955,92</b>	<b>100,00</b>	<b>7,99</b>
a) Bens de Uso Especial	632.443.823,64	51,14	596.556.461,10	52,09	6,02
b) Bens Dominicais	73.797.623,34	5,97	35.564.281,75	3,11	107,50
c) Bens de Uso Comum do Povo	501.691.907,99	40,57	477.970.547,54	41,74	4,96
d) Bens Imóveis em Andamento	28.751.707,30	2,32	35.061.665,53	3,06	-18,00

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

- 2. Bens Imóveis** - Compreende o valor dos bens imóveis, os quais são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente.

- a) *Os Bens de Uso Especial*, compreendem os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração.  
b) *Bens Dominicais*, compreendem os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.  
c) *Bens de Uso Comum do Povo*, podem ser entendidos como os de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público.  
d) *Bens imóveis em andamento*, compreendem os valores de bens imóveis em andamento, ainda não concluídos.

- 3. Intangíveis** – Bens intangíveis são aqueles que não têm existência física, como direito de exploração, concessão, permissão, direito de uso, marcas, patentes, softwares e o fundo de comércio adquirido. Para o Município corresponde apenas aos softwares adquiridos.

Contas Contábeis	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>3. Bens Intangíveis</b>	<b>644.314,86</b>	<b>100,00</b>	<b>561.920,08</b>	<b>100,00</b>	<b>14,66</b>
Softwares	644.314,86	100,00	561.920,08	100,00	14,66

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

## PASSIVO CIRCULANTE

**NOTA 4.8 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO** - Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Contas Contábeis	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIAIS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>	<b>30.946.752,21</b>	<b>100,00</b>	<b>24.418.632,94</b>	<b>100,00</b>	<b>26,73</b>
1. Pessoal a Pagar	5.776.804,80	18,67	189.824,41	0,78	2.943,24
2. Benefícios Previdência a Pagar	0,00	0,00	54.489,95	0,22	-100,00
3. Benefícios Assistenciais a Pagar	6.334,81	0,02	4.800,84	0,02	31,95
4. Encargos Sociais a Pagar	25.163.612,60	81,31	24.169.517,74	98,98	4,11

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

1. As obrigações com pessoal a pagar não contemplam os restos a pagar não processados, por representar uma obrigação somente orçamentária.

**NOTA 4.9 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO** - Compreende as obrigações financeiras internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com os agentes financeiros, com vencimento no curto prazo.

Contas Contábeis	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>EMPRESTIMO E FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO</b>	<b>48.968.272,46</b>	<b>100,00</b>	<b>13.318.558,09</b>	<b>100,00</b>	<b>267,65</b>
1. Empréstimos a Curto Prazo Interno	43.365.643,88	88,56	7.710.204,04	57,89	462,44
2. Financiamento a Curto Prazo Interno	4.903.799,81	10,01	5.044.021,50	37,87	-2,78
3. Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos	698.828,77	1,43	564.332,55	4,24	23,83

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

**NOTA 4.10 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE CURTO PRAZO** - Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes de fornecimento de bens e prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, com vencimento no curto prazo.

Contas Contábeis	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE CURTO PRAZO</b>	<b>6.729.962,44</b>	<b>100,00</b>	<b>7.459.331,11</b>	<b>100,00</b>	<b>-9,78</b>
1. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	6.729.962,44	100,00	7.459.331,11	100,00	-9,78

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

**NOTA 4.11 – OBRIGAÇÕES FISCAIS DE CURTO PRAZO** - Compreende as obrigações e encargos fiscais da entidade junto a União, tais como PASEP, Taxas e Emolumentos com vencimento em até doze meses.

Contas Contábeis	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO</b>	<b>568.688,17</b>	<b>100,00</b>	<b>608.149,84</b>	<b>100,00</b>	<b>-6,49</b>
1. PIS/PASEP a Recolher – Não Parcelado	2.383,33	0,42	42.107,95	6,92	-94,34
2. PIS/PASEP a Recolher - Parcelado	565.517,76	99,44	565.517,76	92,99	0,00
3.Outros Tributos e Contribuições Federais a Recolher	146,76	0,03	146,85	0,02	0,00
4. Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados	640,32	0,11	377,28	0,06	69,72

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

**NOTA 4.12 –PROVISÕES DE CURTO PRAZO** – Compreende aos possíveis riscos trabalhistas, fiscais, cíveis, entre outros, de despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento consignou saldo suficiente especificamente para os riscos fiscais para atendê-las. Essas provisões especificamente referem-se aos riscos fiscais, no cumprimento das obrigações fiscais, tendo como referência informação da LDO, para exercício de 2016, publicado no Jornal Oficial do Município nº 2787, de 13 julho de 2015, na página 28, em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Contas Contábeis	2015	2014
1. Provisões de Curto Prazo (Riscos Fiscais)	1.050.000,00	0,00

As provisões para riscos trabalhistas, de possíveis reclamações judiciais de direitos trabalhistas, assim como as “provisões”, denominada “Passivos Derivados de Apropriações por Competência”, como férias a pagar, décimo terceiro salário, e outros encargos que tem como fato gerador os salários, faz necessário o reconhecimento das obrigações, no entanto essa prática ainda não vem sendo aplicada, cujos procedimentos estão previstos para iniciar nos próximos exercícios.

**NOTA 4.13 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A PAGAR DE CURTO PRAZO** - Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento em até doze meses, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Contas Contábeis	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A PAGAR DE CURTO PRAZO</b>	<b>29.298.497,45</b>	<b>100,00</b>	<b>6.153.421,57</b>	<b>100,00</b>	<b>376,13</b>
1. Consignações	5.735.410,46	19,58	3.491.091,32	56,73	64,29
2. Depósitos Judiciais	3.190.247,23	10,89	835.473,52	13,58	281,85
3. Depósitos Não Judiciais – Cauções	1.345.882,40	4,59	1.188.339,02	19,31	13,26
4. Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidado	19.026.957,36	64,94	638.517,71	10,38	2.879,86

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

O grupo Demais Obrigações a Curto Prazo sofreu um acréscimo de 376,13% em relação ao exercício anterior. Apesar de ser a linha de balanço representativa do Passivo Circulante com cerca de 16,18% do total, não apresentou uma variação significativa. Entretanto, ocorreram algumas variações no exercício que cabe alguns comentários:

1. *Consignações* são valores retidos na folha de salários de pessoal ou nos pagamentos de serviços de terceiros para posterior repasse principalmente no mês seguinte, como se segue: Encargos Previdenciários – INSS R\$. 343.445,79; Retenções para Sindicatos R\$ 138.266,97; Retenções para Associações R\$ 112.663,50; Retenções para Empréstimos e Financiamentos R\$ 1.857.634,96; Retenções de Seguros R\$ 53.803,73; Retenções de Assistência Odontológica R\$ 25.850,90; Retenções de Cartões de Créditos R\$ 78.911,24; Outras Retenções R\$ 56.687,02; Tributos Recolhidos em Duplicidade R\$ 17.156,90 e Consignações de Convênios a Repassar a Entidades R\$ 3.050.989,45.
2. Depósitos Judiciais são valores depositados nas contas judiciais que serão levantados pelos beneficiários mediante autorização do Poder Judiciário, depósitos estes efetuados junto às varas judiciais para pagamento de débitos inscritos em dívida ativa e devolução / apropriação de valores depositados para apresentação de recursos judiciais.
3. *Depósitos Não Judiciais Cauções* – Corresponde a depósito em dinheiro, caucionado que constitui uma garantia fornecida pelos contratados, e tem como objetivo assegurar a execução dos contratos celebrados com o município.
4. *Outras Obrigações a Curto Prazo* - Refere-se a valores de terceiros, inseridos em restos a pagar e, ou de retenções em nome deles, independente do prazo de exigibilidade, abrangendo os valores a repassar às entidades privadas sem fins lucrativos e precatórios anteriores e posteriores a 05/05/2000 a pagar. Compreendem-se também as operações efetuadas entre unidade pertencente ao orçamento fiscal e da

seguridade social, com pessoas ou unidades de entes públicos que não pertençam ao município, além dos demais fatos que não compreendem transações entre as partes.

#### PASSIVO NÃO CIRCULANTE

**NOTA 4.14 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO** - Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios que o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimentos no longo prazo.

Contas Contábeis	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>OBRIGAÇÕES, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO</b>	<b>275.445.627,30</b>	<b>100,00</b>	<b>239.022.683,24</b>	<b>100,00</b>	<b>15,24</b>
1. Pessoal a Pagar	55.955.043,00	20,31	23.967.898,08	10,03	133,46
2. Encargos Sociais a Pagar	219.490.584,30	79,69	215.054.785,16	89,97	2,06

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

1. Pessoal a pagar – O saldo de R\$. 55.955.043,00, se refere a valores atualizados de precatórios inscritos. O Município deposita mensalmente em conta especial no Tribunal de Justiça valores para pagamentos dos precatórios vencidos, conforme Emenda Constitucional n.º 62/2009. Foi editado Decreto Municipal n.º 213, de 04/03/2010, que dispõe sobre a opção do município pelo regime especial instituído pelo artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional n.º 62/2009, para pagamento de precatórios que se encontram pendentes de identificação dos beneficiários, ou que vierem a ser emitidos durante a sua vigência para posterior baixa das obrigações. Verifica-se que neste item ocorreu um acréscimo de 133,46% no exercício decorrente de novas inscrições e remanejamentos.
2. Encargos Sociais a Pagar – R\$ 219.490.584,30 – Saldo contratual da Dívida Fundada Interna, referente ao parcelamento do RPPS, conforme Lei n.º 9.566/2004 de exercícios anteriores e contrato n.º 10.313/2007, inativos CAAPSML – Caixa de Assistência e Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina.

**NOTA 4.15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DE LONGO PRAZO** - Compreende as obrigações financeiras internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com os agentes financeiros e fornecedores, com vencimento de longo prazo.

Contas Contábeis	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO</b>	<b>55.234.608,93</b>	<b>100,00</b>	<b>56.138.309,95</b>	<b>100,00</b>	<b>-1,61</b>
1. Empréstimos de Longo Prazo Interno	4.830.717,20	8,75	2.408.361,16	4,29	100,58
2. Financiamento de Longo Prazo Interno	50.403.891,73	91,25	53.729.948,79	95,71	-6,19

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

Os Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo totalizaram R\$ 55.234.608,93, compreendendo os Empréstimos e Financiamentos Internos, decorrentes de contratos celebrados para obtenção de recursos (Ex: Agência de Fomento, Caixa Econômica, BNDES, etc). Esta rubrica apresentou um decréscimo de 1,61% em relação ao exercício anterior.

**NOTA 4.16 – OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO CONSOLIDADO** - Compreende as obrigações e encargos fiscais da entidade junto à União, nesse caso trata-se do PASEP, com vencimento superior aos doze meses seguintes.

Contas Contábeis	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO CONSOLIDADO</b>	<b>18.141.111,44</b>	<b>100,00</b>	<b>18.415.395,68</b>	<b>100,00</b>	<b>-1,49</b>
1. PIS/PASEP a Recolher – Parcelado	18.141.111,44	100,00	18.415.395,68	100,00	-1,49

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

1. PIS/PASEP a Recolher – Parcelado –Corresponde a Contribuição Social do PIS/PASEP, de períodos anteriores, notificado pela receita Federal, onde o município discutiu judicialmente a obrigatoriedade do recolhimento do referido encargo, tendo perdido a causa, se valeu da Lei n.º 12.810/2013, para o parcelamento do encargo, conforme Processo n.º 10930 004605/2001-11, cuja consolidação da dívida ainda está sendo procedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, lançada pelo valor integral passível de ajustes de redução quanto aos juros de mora e encargos legais, após a consolidação formal. No exercício constante-se uma redução de 1,49%, correspondente a amortização ocorrida.

**NOTA 4.17 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO** - Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores, com vencimento após doze meses da data das demonstrações contábeis, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Contas Contábeis	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO</b>	<b>63.524.078,09</b>	<b>100,00</b>	<b>65.414.308,08</b>	<b>100,00</b>	<b>-2,89</b>
1. Precatório de Terceiros do Exercício	46.577,60	0,07	18.315.686,94	28,00	-99,75
2. Precatório de Terceiros – Antes de 05/05/2000	38.920.921,74	61,27	39.463.639,36	60,33	1,38
3. Precatório de Terceiros – A Partir de 05/05/2000	24.556.578,75	38,66	7.634.981,78	11,67	221,63

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

As obrigações deste item apresentaram um decréscimo de 2,89% em relação ao exercício anterior, em decorrência da transferência de saldos para as obrigações de curto prazo, com base na programação do judiciário que estabelece os pagamentos para o próximo exercício, dos processos com trânsito julgado. Houve também remanejamento e ajustes entre itens acima relacionados. Abaixo a demonstração dos itens que compõem as Demais Obrigações de Longo Prazo:

1. Precatório de Terceiros do Exercício – R\$ 46.577,60, refere-se as inscrições de precatórios de exercícios posteriores a 05/05/2000, que no corrente exercício não foi reclassificado nas rubricas abaixo.
2. Precatório de Terceiros – Antes de 05/05/2000 – R\$ 38.920.921,74, corresponde aos valores de ofícios requisitórios de inscrições de precatórios registrados de exercícios anteriores a 05/05/2000.
3. Precatório de Terceiros – A Partir de 05/05/2000 – R\$ 24.556.578,75, corresponde aos valores de ofícios requisitórios de inscrições de precatórios registrado a partir de 05/05/2000.

**NOTA 4.18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO** - O patrimônio líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
ESPECIFICAÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>RESULTADO ACUMULADO</b>	<b>1.320.777.689,05</b>	<b>100,00</b>	<b>1.132.205.733,75</b>	<b>100,00</b>	<b>16,66</b>
1. Resultado do Exercício	(649.826.844,19)	-49,20	(69.686.821,00)	-6,15	832,50
2. Resultado de Exercícios Anteriores	1.133.165.853,57	85,80	899.644.322,30	79,46	25,96
3. Ajuste de Exercícios Anteriores	837.438.679,67	63,40	302.248.232,45	26,70	177,07
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.320.777.689,05</b>	<b>100,00</b>	<b>1.132.205.733,75</b>	<b>100,00</b>	<b>16,66</b>

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

- 1) O Resultado do Exercício** evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária. No exercício de 2015, foi deficitário na ordem de R\$ -649.826.844,19, evidenciado pela diferença negativa entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas. Cabe ressaltar, que 2014 houve a provisão para ajuste de perdas de Dívida Ativa apenas do principal, no entanto, no exercício de 2015, foi incluído as atualizações, as multas e os juros incidentes sobre o principal da Dívida Ativa. É importante destacar que o município está em plena fase de adequação, de forma gradual, para atender às novas normas contábeis aplicadas ao setor público, desde 2013. Este cenário patrimonial ainda sofrerá ajustes nos exercícios subsequentes para que o balanço reflita a realidade dos seus elementos patrimoniais e possam contribuir para uma adequada tomada de decisões de seus gestores públicos, racionalizar os custos dos serviços prestados à população, dar maior transparência na gestão fiscal e instrumentalizar o controle social.
- 2) Resultado de Exercícios Anteriores** – Refere-se ao saldo acumulado dos resultados de exercícios anteriores, que se altera em função de ajustes que não possam ser atribuídos ao resultado do corrente exercício.
- 3) Ajustes de Exercícios Anteriores** – Corresponde ao ajuste decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. A conta Ajustes de Exercícios Anteriores apresentou em 2015 um saldo superavitário de R\$ 837.438.679,67, proveniente, principalmente do levantamento dos bens imóveis, que compõe o patrimônio do município, sendo ajustados e incorporados.

#### COMPOSIÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

VARIÇÃO PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>VARIÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA - VPA</b>	<b>1.496.267.436,90</b>	<b>100,00</b>	<b>891.893.582,70</b>	<b>100,00</b>	<b>67,76</b>
1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	511.794.064,41	34,20	340.260.022,94	38,15	50,41
2. Contribuições	18.168.499,52	1,21	18.293.703,60	2,05	-0,68
3. Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	3.240.596,33	0,22	3.519.233,87	0,39	-7,92
4. Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	157.885.326,26	10,55	20.469.062,72	2,30	671,34
5. Transferências e Delegações recebidas	425.912.184,79	28,46	387.269.097,42	43,42	9,98
6. Valorização e Ganhos com Ativos	845.581,83	0,06	23.708,76	0,00	3.466,54
7. Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	378.421.183,76	25,29	122.058.753,39	13,69	210,03
<b>VARIÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA - VPD</b>	<b>2.146.094.281,09</b>	<b>100,00</b>	<b>961.580.403,70</b>	<b>100,00</b>	<b>123,18</b>
8. Pessoal e Encargos	384.599.480,70	17,92	332.419.096,41	34,57	15,70
9. Benefícios Previdenciários e Assistenciais	87.597,47	0,00	79.408,96	0,01	10,31
10. Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	127.259.332,44	5,93	96.086.442,51	9,99	32,44
11. Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	322.437.573,24	15,02	31.418.063,55	3,27	926,28
12. Transferências e Delegações. Concedidas	351.513.388,21	16,38	342.768.890,98	35,65	2,55
13. Desvalorização e Perda de Ativos	830.488.500,53	38,70	110.227.576,51	11,46	653,43
14. Tributárias	8.676.215,06	0,40	7.861.573,51	0,82	10,36
15. Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	121.032.193,44	5,64	40.719.351,27	4,23	197,24
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>(649.826.844,19)</b>		<b>(69.686.821,00)</b>		

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

A seguir elencamos as principais alterações patrimoniais que impactaram no resultado:

- Dentre os principais itens de análise das variações patrimoniais que aumentaram o Patrimônio, os da administração e manutenção da estrutura própria do município, destacam-se aquelas receitas próprias decorrentes de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhorias de R\$ 511.794.064,41, acrescidas de Contribuições de Iluminação Pública – Cosp de R\$ 18.168.499,52, e Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos de R\$ 3.240.596,33, cujo montante corresponde a: **R\$ 533.203.160,26**, suficientes para arcar com as Variações patrimoniais diminutivas, despesas próprias de manutenção, referente as despesas de Pessoal e Encargos de R\$ 384.599.480,70, acrescidos de Benefícios Previdenciários e Assistenciais de R\$ 87.597,47, do Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo de R\$ 127.259.332,44 e também as Tributárias R\$ 8.676.215,06, que somaram **R\$ 520.622.625,67**, gerando resultado positivo de **R\$ 12.580.534,59**;
- As Variações Patrimoniais Financeiras, contribuíram para uma redução do patrimônio em relação com as seguintes contas: (receitas) de Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras R\$ 157.885.326,26, deduzidas da despesa Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras R\$ 322.437.573,24, resultando um déficit de **R\$ -164.552.246,98**; decorrente dos juros e encargos de empréstimos e financiamentos;

- c) No confronto entre as Variações das Transferências e Delegações Recebidas e as Concedidas, ocorreu um acréscimo de patrimônio em relação as seguintes contas: Receita de Transferências e Delegações recebidas R\$ 425.912.184,79, deduzida das despesas de Transferências e Delegações Concedidas no valor de R\$ 351.513.388,21, gerando superávit de: **R\$ 74.398.796,58**, devido ao maior fluxo de entradas financeiras nas Transferências Intergovernamentais;
- d) Quanto as Variações de Perdas e Ganhos de Ativos de R\$ 845.581,83, deduzida a Desvalorização e Perda de Ativos R\$ 830.488.500,53, houve decréscimo no Patrimônio no valor de: **R\$ -829.642.918,70**, de influência relevante dos Ajustes de Perdas para Dívida Ativa e Outros Créditos,
- e) As contas registradas em Outras Variações Patrimoniais apresentaram um aumento do patrimônio, correspondente as receitas Outras Variações Patrimoniais Aumentativas de R\$ 378.421.183,76, deduzida as despesas Outras Variações Patrimoniais Diminutivas R\$ 121.032.193,44, resultando acréscimo patrimonial no valor de **R\$ 257.388.990,32**.

#### QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

É resultante da relação entre o Total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o Total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Este quociente demonstra outra forma de evidenciar o resultado patrimonial (superávit ou déficit patrimonial). Se o índice apresentado for maior do que 1, indica um superávit patrimonial, se for igual a 1, indica um equilíbrio, ou seja, não houve alteração no patrimônio e se for menor do que 1, indica um déficit patrimonial.

DESCRIÇÃO	2015		2014		AH%
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.496.267.436,90	= 0,70	891.893.582,70	= 0,93	=-24,83%
Variações Patrimoniais Diminutivas	2.146.094.281,09		961.580.403,70		

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

Para efeito de comparabilidade, o quociente de resultado das variações patrimoniais calculado para o exercício de 2015 apresentou um índice de 0,70 demonstrando que ocorreu um déficit patrimonial, ou seja, as Variações Patrimoniais Aumentativas apresentaram montante inferior ao das Variações Patrimoniais Diminutivas. Na análise horizontal da variação do quociente do exercício de 2014 para o exercício de 2015, é possível observar que ocorreu uma diminuição em 24,83%, ou seja, houve um aumento do déficit patrimonial, conforme o descrito na Nota 4.18.1.

#### NOTA 4.19 – DEMONSTRAÇÕES COMPARATIVAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Balanço Patrimonial demonstra o Resultado Acumulado do Patrimônio Líquido em dois formatos, como segue: a) Demonstração em conformidade com a nova estrutura contábil, constante do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público; b) Demonstração em conformidade com o que determina a Lei 4.320/64, em vigência, que apresentam valores empenhados, inclusive os não processados que se refere ao pedido ou produtos ainda não recebidos ou serviços em execução concluídos.

a) Quadro do resultado patrimonial conforme Balanço Patrimonial.

DEMONSTRAÇÕES COMPARATIVAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
1. Resultado do Exercício	-649.826.844,19	-49,20	-69.686.821,00	-6,15	832,50
2. Resultado Acumulado de Exercícios Anteriores	1.133.165.853,57	85,80	899.644.322,30	79,46	25,96
3. Resultado Patrimonial do Exercício	837.438.679,67	63,40	302.248.232,45	26,70	177,07
<b>4. Resultado Acumulado</b>	<b>1.320.777.689,05</b>	<b>100,00</b>	<b>1.132.205.733,75</b>	<b>100,00</b>	<b>16,66</b>

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

b) Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64.

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
1. Ativo Financeiro	219.857.501,06	17,97	185.801.744,05	17,48	18,33
2. Ativo Permanente	1.630.827.786,48	133,28	1.377.352.780,20	129,57	18,40
3. Passivo Financeiro	-122.030.034,04	-9,97	-91.321.563,64	-8,59	33,63
4. Passivo Permanente	-505.088.907,15	-41,28	-408.775.038,05	-38,45	23,56
<b>5. Saldo Patrimonial</b>	<b>1.223.566.346,35</b>	<b>100,00</b>	<b>1.063.057.922,56</b>	<b>100,00</b>	<b>15,10</b>

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

c) Diferença entre os quadros se refere:

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>Empenhos a Liquidar – Não Processados</b> (Soma do quadro "a" – "b" = "c")	<b>97.211.342,70</b>	<b>100,00</b>	<b>69.147.811,19</b>	<b>100,00</b>	<b>40,58</b>

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

Os quadros demonstrativos elencados resultam em mudanças ocorridas com novas metodologias implantadas com o Manual de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público onde deverão ser demonstrados comparativos atuais e a regidas pela Lei 4.320/64. O quadro "c" demonstra os empenhos a liquidar, ou seja, os valores que ainda não foram recebidos ou concluídos. Pelo manual, o total demonstrado no quadro "a" refere-se aos empenhados e liquidados, ou seja, os produtos recebidos e os serviços prestados. Quanto ao quadro demonstrativo "b", este refere-se a Lei n.º 4.320/64, onde são demonstrados a execução das despesas empenhadas liquidadas e a Liquidar, ou seja, a Liquidar, significa que ainda não foram realizadas as compras e ou a conclusão dos serviços prestados.

**NOTA 4.20 – CONTAS DE CONTROLES** – Corresponde ao grupo de contas (de compensação), relacionadas a situações não correspondidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, inclusive as que dizem respeito aos atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira, onde são registrados Atos Potenciais e de Outros Controles Específicos de maior relevância para monitoramento de controle.

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>16.601.139,18</b>	<b>100,00</b>	<b>19.059.307,73</b>	<b>100,00</b>	<b>-12,90</b>
1. Garantia e Contra garantias Recebidas	3.135.213,43	18,89	3.132.679,69	16,44	0,08
2. Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	13.465.925,75	81,11	15.926.628,04	83,56	-15,45
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>8.293.332.785,15</b>	<b>100,00</b>	<b>6.741.397.891,15</b>	<b>100,00</b>	<b>23,02</b>
3. Garantias e Contragarantias Concedidas	125.720.764,63	1,52	131.345.020,43	1,95	-4,28
4. Obrigações Conveniadas e Outros	1.408.898,17	0,02	724.198,30	0,01	94,55
5. Obrigações Contratuais - Consolidação	354.618.677,73	4,28	293.454.428,46	4,35	20,84
6. Outros Atos Potenciais Passivos RPPS	7.811.584.444,62	94,19	6.315.874.243,96	93,69	23,68

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2015/2014)

#### Atos Potenciais Ativos:

São os atos que possam vir a afetar positivamente o patrimônio da entidade governamental, imediata ou indiretamente, são os ativos contingentes que serão registrados em contas de controle.

1. **Garantia e Contragarantias Recebidas**– R\$ 3.135.213,43 – Compreende os registros de avais, fianças e hipotecas recebidas como garantia e contra garantias, sobre contratos firmados no fornecimento de bens, serviços e obras.
2. **Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber**- R\$ 13.465.925,75– São registros de valores a receber de convênios e outros instrumentos congêneres firmados com entes públicos federais e estaduais, mantendo-se os valores originais, mesmo após a sua fase de aprovação.

#### Atos Potenciais Passivos:

São os atos que possam vir a afetar negativamente o patrimônio da entidade governamental, imediata ou indiretamente, são os passivos contingentes que serão registrados em contas de controle.

3. **Garantias e Contragarantias Concedidas** – R\$ 125.720.764,63 – Correspondem aos registros de instrumentos firmados, de execução de avais e fiança, concedida pelo Município a entidade da administração indireta, Companhia de Habitação de Londrina – Cohab-Ld.
4. **Obrigações Conveniadas e Outros**– R\$ 1.408.898,17– São registros de transferências voluntárias concedidas a diversas entidades assistências e de interesse público, através de convênios e outros instrumentos congêneres.
5. **Obrigações Contratuais – Consolidação** – R\$ 354.618.677,73 – Compreende os registros de controle dos valores das obrigações contratuais, quando o Município participa como contratante de bens, serviços e obras públicas, a saber: Contrato de Seguros R\$ 6.160,09 Contratos de Serviços e obras R\$ 191.063.751,61; Contratos de fornecimento de bens R\$ 35.735.258,04; Contratos de aluguéis R\$ 1.640.688,09 e Contrato de Operação de Crédito no valor de R\$ 126.172.819,90. Ressalte-se também, que os valores dos atos potenciais referente a contratos de serviços e obras, seguros, de fornecimento de bens e de aluguéis são informações apresentadas pela secretaria de Gestão Pública, através do módulo Licitações e Contratos.
6. **Outros Atos Potenciais Passivos a Executar**: São registrados outros atos potenciais passivos não evidenciados no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) em contas anteriores, que potencialmente possam afetar negativamente o patrimônio do ente governamental, aumentando seu passivo ou diminuindo seu ativo, de forma imediata ou indiretamente;

Breves considerações acerca do item 6:

A nova contabilidade aplicada ao setor público, vislumbra a necessidade de evidenciar e aprimorar com qualidade os elementos patrimoniais, de forma a instituir instrumentos eficientes de controle, monitoramento, fiscalização e orientação aos gestores públicos, no que tange ao planejamento e execução de seus atos e fatos ligados a execução orçamentária, contábil, financeira e patrimonial, em consonância com os padrões e regras estabelecidas pelos órgãos competentes.

Neste contexto, a necessidade de proporcionar maior transparência sobre as contas públicas e principalmente, subsidiar os gestores públicos, em seus atos de governo, de forma prévia e planejada, com base nos princípios fundamentais da contabilidade, além daqueles norteadores da administração pública, fez com que incluíssemos como Outros Atos Potenciais Passivos, uma conta específica de controle, referente a Cobertura de Insuficiência Financeira do Fundo Financeiro - Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), levando em conta a relevância de valores apurados em laudo atuarial, a obrigatoriedade a longo prazo do ente e a utilização de recursos do aporte financeiro para o pagamento dos benefícios dos aposentados e pensionistas lotados no Fundo Financeiro.

O reconhecimento teve por base a Avaliação Atuarial, que indica o valor presente dos compromissos futuros do plano de benefícios do RPPS, suas necessidades de custeio e o resultado atuarial de longo prazo, devidamente registrado na unidade gestora do RPPS, em seu passivo não circulante, representado contabilmente pelas provisões matemáticas previdenciárias, do Fundo Financeiro, em contabilidade individualizada, que demonstra todas as fontes de financiamento do Plano Financeiro, tais como: receitas de contribuições, receitas de compensações financeiras, parcelamento de dívidas já confessadas e a cobertura de insuficiência financeira, este de obrigatoriedade do Ente, até sua plena extinção, visando o equilíbrio financeiro e atuarial deste plano de custeio, gerado pela opção da segregação de massa, como forma de equacionamento do déficit atuarial.

O montante registrado, em 2015, na conta de Outros Atos Potenciais Passivos, foi de R\$ 7.811.584.444,62, representa o comprometimento do Município de Londrina na cobertura da insuficiência financeira do Fundo Financeiro, até sua extinção, decorrente das provisões de benefícios concedidos e a conceder. Houve um aumento considerável de R\$ 1.495.710.200,66, conforme atualização do laudo anual de Avaliação Atuarial da CAAPSM – Caixa de Assistência, Aposentadorias e Pensões dos Servidores Municipais, ano base 2016 de data base em 31/12/2015.

#### NOTA 5 – OUTROS CONTROLES – CONTRAPARTIDA DO PASSIVO ATUARIAL DO RPPS NO ENTE

São outros controles de natureza relevante para evidenciar informações adicionais quanto a análise da prestação de contas anuais do município, dos atos e fatos decorrentes das avaliações atuariais anuais, em conformidade com os registros na unidade gestora do RPPS. Informamos que não fazem parte do anexo 14, referente quadro de compensações, por não se tratar de atos potenciais passivos ou ativos.

#### OUTROS CONTROLES

DESCRIÇÃO	2015	AV%	2014	AV%	AH%
1. Contrapartida do Passivo Atuarial do RPPS - em Execução	216.590.830,47	100,00	0,00	0,00	100,00

Considerações Gerais da Nota 5:

5.1- Registra a responsabilidade de terceiros de contrapartida do Passivo Atuarial do RPPS, tendo por base o resultado atuarial das Provisões Matemáticas Previdenciárias – de forma CONSOLIDADA, referente a Avaliação do Laudo Atuarial de ano base 2016 e data base em 31/12/2015.

5.2 - A análise no aspecto consolidado, em nosso entendimento, não é a mais prudente, levando em consideração a segregação de massa realizada, haja vista que a unidade gestora do RPPS possui contabilidade individualizada, para ambos os fundos previdenciários, instituídos pela Lei Municipal nº 11.348/2011, que cria o Fundo Financeiro (deficitário) e o Fundo Previdenciário (superavitário). Por isso, suas disponibilidades são obrigatoriamente separadas. Para os fundos, cada resultado da provisão matemática dos Planos, coincide exatamente com as disponibilidades financeiras existentes para cada Fundo, em 31/12/2015.

5.2.1 - O Fundo Financeiro é de repartição simples, ou seja, não forma mais reservas financeiras, para despesas futuras, não é renovável e se extinguirá gradativamente, por isso haverá necessidade de aporte financeiro quando o resultado desta provisão for zero, ou seja, sem quaisquer reservas financeiras. Ao contrário, o Fundo Previdenciário é um fundo capaz de honrar seus compromissos futuros.

5.2.2 - A disponibilidade do Fundo Financeiro, conforme balancete dos fundos previdenciários e laudo atuarial é de R\$ 68.820.026,43, enquanto que o Fundo Previdenciário é de R\$ 147.770.804,04.

5.2.3 – O tipo de equacionamento do déficit atuarial aplicado através da opção de segregação de massa, terá na provisão matemática previdenciária a totalidade dos compromissos líquidos assumidos do Plano de Benefícios aos segurados e beneficiários e, a diferença entre a totalidade das obrigações previdenciárias do RPPS e seus agentes responsáveis pelas fontes de custeio, no caso do Fundo Financeiro, será o próprio ente federativo, que deverá financiar o seu Plano de Custeio deficitário, quando a disponibilidade financeira esgotar totalmente.

**NOTA 6 – SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS DO SETOR PÚBLICO (SICSP) –** Conforme a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.366 de 25/11/2011 que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.11, que trata do Subsistema de Informação de Custos do Setor Público, que define a conceituação, objeto, objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público e também em cumprimento ao artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, que determina que a Administração Pública deverá manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Destacamos que em 2015 foi publicado o Decreto Municipal nº 728, de 18 de junho de 2015, que institui o Sistema Governamental de Apropriação e Análise de Custos Públicos Incorridos, em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Londrina, e determina que cada entidade/órgão deve definir responsável por cada objeto de custos. Ressalta-se que tal sistema, na sua forma informatizada, está na fase preliminar de implantação e de forma gradativa. Assim, foram realizados trabalhos pontuais na forma de Relatórios de Análise de Custos Incorridos, que foram publicados no Portal da Transparência, conforme quadro a seguir.

Número de Relatórios de Análise de Custos Incorridos	
Exercício	Quantidade
2013	3
2014	13
2015	14

**NOTA 7 –** O Município optou pela contratação do sistema de contabilidade terceirizada para toda a administração, tanto para a administração direta, assim como para as indiretas, com objetivo de atender a consolidação dos balanços, a qual se encontra perfeitamente atinada à legislação aplicada ao setor público e profissional, e estando assim regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade, no que tange a questão ética profissional. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pelos órgãos da administração direta, respondendo estes, pela veracidade, integralidade e procedência. Os gestores se encontram cientes de toda legislação aqui aplicável, especialmente no tocante das responsabilidades quanto a documentação e procedimentos. A responsabilidade do profissional contabilista que referenda estas demonstrações contábeis está limitada aos fatos efetivamente notificados pelos referidos órgãos da administração a este profissional.

Londrina, 31 de dezembro de 2015. Alexandre Lopes Kireeff - Prefeito do Município, João Carlos Barbosa Perez - Controlador-Geral do Município, Edson Gaiotto - Contador CRC PR 40.211-O-5

## RESULTADO

### RESULTADO DE HABILITAÇÃO EM MODALIDADES TRADICIONAIS

FASE DE HABILITAÇÃO REFERENTE A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº CP/SMGP-0004/2016

OBJETO: Serviço de Drenagem e Pavimentação no Cemitério Jardim da Saudade.

Conforme reuniões realizadas pela Comissão de Licitação, nomeados pela Portaria constante no Processo Administrativo nº PAL/SMGP- 519/2016, para análise dos documentos habilitatórios apresentados pelas empresas, e análise dos documentos técnicos pelo engenheiro responsável da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação – SMOP e diligências necessárias, a comissão de licitação, decidiu o que segue:

HABILITAR A EMPRESA abaixo por atender ao edital:

EMPELOG - EMPRESA DE ENGENHARIA E LOGÍSTICA LTDA.

Londrina, 22 de março de 2016. Luciana Viçoso de Oliveira - Presidente da Comissão Permanente de Licitações, Lúcia Helena Gil - Membro da Comissão Permanente de Licitações, Gedson Antônio França - Membro da Comissão Permanente de Licitações

# AMS - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE

## RELATÓRIOS

BALANÇO PATRIMONIAL